



FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DOCENTE NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I E II DO MUNICÍPIO DE CRISTALINA-GO

Rafael Avelino dos Santos¹
Elisabete Alerico Gonçalves²

¹ Aluno do Programa de pós-graduação - Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí - Goiás,
avelinocrystal@hotmail.com

² Orientadora - Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí - Goiás, elisabete.alerico@ifgoiano.edu.br

RESUMO:

A aprendizagem escolar deve ser uma experiência intelectualmente estimulante para o aprendiz. Para que ela aconteça sob essa concepção é indispensável a mediação de professores com domínio dos conhecimentos que devem ensinar e dos meios para fazê-lo com eficácia. O presente trabalho tem como objetivo, analisar a formação profissional e a atuação pedagógica dos professores da educação básica da rede municipal de educação do município de Cristalina-GO, visando apresentar se as modalidades de ensino que atuam correspondem com a área de formação dos docentes. Trata-se de uma pesquisa documental com análise quantitativa. Como procedimento metodológico para levantamento de dados foi utilizado o formulário de cadastramento do servidor público municipal. A partir da análise desenvolvida, conclui-se que é fundamental a recolocação dos profissionais em atuação na modalidade de ensino pertinente à sua formação inicial, garantindo a eficácia do processo ensino-aprendizagem e o êxito do desenvolvimento proficiente da educação básica.

Palavras-chave: Formação de profissionais da educação, atuação pedagógica.

INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, um novo olhar foi focado sobre o docente. A formação inicial estabelecida no texto da lei, inclusive como estratégia para a melhoria do ensino no Brasil com o decorrer dos anos, não foi suficiente para o êxito premeditado quando da homologação da Lei. Os índices nacionais e internacionais de avaliação da educação básica brasileira tem apontado baixos desempenhos.

As reformas educativas levadas a efeito em nosso país e nos outros países da América Latina desde o final da década de 1970, com o objetivo de adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado, vêm reafirmando a centralidade da formação dos profissionais da educação. Nesse contexto, debatem-se diferentes propostas para a formação, fundadas em projetos políticos e perspectivas históricas diferenciadas, o que faz com que a formação desses profissionais seja tratada ou como elemento impulsionador e realizador dessas reformas, ou como elemento que cria condições para a transformação da própria escola, da educação e da



sociedade. No quadro das políticas educacionais neoliberais e das reformas educativas, a educação constitui-se em elemento facilitador importante dos processos de acumulação capitalista e, em decorrência, a formação de professores ganha importância estratégica para a realização dessas reformas no âmbito da escola e da educação básica (AGUIAR, 1997. FREITAS, 1994; 1995).

A importância dada à questão da formação pelas políticas atuais tem por objetivo equacionar o problema da formação para elevar os níveis de “qualidade” da educação nos países subdesenvolvidos, qualidade que, na concepção do Banco Mundial, é determinada por vários fatores, entre os quais, situam-se o tempo de instrução, os livros didáticos e a melhoria do conhecimento dos professores (privilegiando a capacitação em serviço sobre a formação inicial e estimulando as modalidades a distância). À formação geral, garantida no Ensino Médio a baixo custo, seria agregada a formação para a docência, oferecida em cursos curtos de formação inicial centrados na capacitação pedagógica (TORRES 1996, p. 165).

Sob o pressuposto de que a formação inicial e continuada de professores é a prioridade na educação brasileira no início do século XXI, o presente trabalho se justifica, além de pretender contribuir para a necessária mudança no desenho do profissional docente da Rede Municipal de Educação de Cristalina. Este estudo reconhece que a formação inicial é apenas um componente de uma estratégia mais ampla de profissionalização do professor, indispensável para implementar uma política de melhoria da educação básica municipal e finaliza propondo uma redistribuição dos profissionais da rede conforme sua área de formação.

METODOLOGIA

O trabalho foi conduzido em primeiro momento pela análise documental seguindo a linha de pesquisa exploratória, segundo GIL (2002) “não há como definir *a priori* as etapas a serem seguidas em todas as pesquisas dessa natureza. Isso porque a especificidade de cada estudo de campo acaba por ditar seus próprios procedimentos”.

Diante disso, apresenta-se nas páginas seguintes, os resultados obtidos até o presente momento, com o estudo realizado acerca do tema proposto.

RESULTADOS



O professor é o mediador do processo educativo. É quem favorece a aprendizagem servindo de intermediário entre a criança e o mundo. Possibilitando a ela alcançar um desenvolvimento que ainda não atinge sozinha. Neste processo de mediação, o professor é um orientador, um estimulador de todos os processos que levam os alunos a construir seus conceitos, valores, atitudes e habilidades que lhes permitam crescer como pessoas, como cidadãos e futuros trabalhadores, desempenhando uma influência verdadeiramente construtiva.

Para que a aprendizagem escolar seja uma experiência intelectualmente estimulante e socialmente relevante, é indispensável a mediação de professores com boa cultura geral e domínio dos conhecimentos que devem ensinar e dos meios para fazê-lo com eficácia. Sobre isso Morin (2000, pág.57), afirma que “hoje se espera do professor uma postura radicalmente diferente do que a anteriormente exercida, cabendo a ele ser não somente transmissor de saberes, mas seu mediador”. Entende-se com o tempo que ninguém é detentor do saber, não existe exclusividade nesse sentido. O saber é uma troca e o aprender é mais constante do que o ensinar.

Ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de aprimorar em si mesmo e não promove a aprendizagem de conteúdos que não domina. É imprescindível que o professor que se prepara para lecionar na educação básica demonstre que desenvolveu ou tenha oportunidade de desenvolver, de modo sólido e pleno, as competências previstas para os egressos da educação básica, tal como estabelecidos nos artigos 22, 27 e 32 da LDB e nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica.

As finalidades da educação escolar são enfocadas nas teorias pedagógicas e na *práxis* pedagógica, adotada pelo docente. Toda ação educativa exercida por professores em situações planejadas de ensino e aprendizagem, deve considerar as intencionalidades, tendo em vista o que fundamenta a ação docente.

Com isso é que se ampliou também os conceitos sobre as habilidades e competências do professor nesse novo século, diante de tantas transformações ocorridas. A sua participação hoje é bem mais ampla, a sua interação com os alunos e familiares, além de novos conhecimentos que lhes são pertinentes ao processo educativo. Segundo Perrenoud (1999, p. 17), “esse novo professor deve ter uma visão do mundo e um posicionamento diante dos acontecimentos históricos”. Isto é, ser professor nos tempos atuais é se preparar não apenas para os conteúdos propostos pela grade curricular já estabelecida, mas se tornar capaz de ir além e não se limitar a estes conteúdos, indo além, ou mais adiante nesse processo.



A Rede Municipal de Educação de Cristalina conta com 10.492 (dez mil e quatrocentos e noventa e dois) alunos matriculados, sendo 2.456 (dois mil e quatrocentos e cinquenta e seis) na Educação Infantil, 8.036 (oito mil e trinta e seis) no Ensino Fundamental I e II em 21 Escolas do meio Urbano e Rural. O quadro docente conta com 733 (setecentos e trinta e três) docentes, entre professores efetivos e contratados.

Tabela 1 – Número geral de Professores e alunos

Estabelecimentos de Ensino	Professores		Nº de Alunos
	Efetivos	Contratados	
CEIs / CMEIs	112	105	2.456
Escolas Meio Urbano	270	47	5.188
Escolas Meio Rural	96	87	2.848
Outros	12	4	0
Total Geral	490	243	10.492

FONTE: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) – Departamento de Projetos. Matrícula Final – CEIs e CMEIs da Rede Municipal de Ensino.

Trata-se de uma estrutura educacional de porte médio, na qual se percebe que há um descompasso entre a formação inicial e o exercício profissional dos professores. Hoje é observado que parte do corpo docente está trabalhando fora da sua área de formação, o que a priori, pode ser um dos fatores que dificultam o aprendizado e corroboram para os baixos resultados obtidos pelo município nas pesquisas de desenvolvimento educacional.

Do ponto de vista legal, é possível existirem professores especialistas desde o início do ensino fundamental, até mesmo na educação infantil. Da mesma forma, é possível existirem professores polivalentes nas séries finais do ensino fundamental.

O professor polivalente ou especialista, independentemente de sua área de especialidade, deve dominar a língua portuguesa, a matemática, a informática e as linguagens de expressão artística, pelo menos no mesmo grau previsto para os formados na última etapa da educação básica. Deve ser capaz de empregar as linguagens como recurso de autoaprendizagem e de utilizá-las, em sua atividade docente, como meio de comunicação com o aluno e como recurso capaz de ajudar este último, dentro de sua área de especialidade, a organizar cognitivamente a realidade, construir o conhecimento e negociá-lo com os outros.

Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, mas é ajudar o aluno a tomar consciência de si mesmo, dos outros e da sociedade. É oferecer várias



ferramentas para que ele possa escolher, entre muitos caminhos, aquele que for compatível com os seus valores, sua visão de mundo e com circunstâncias adversas que cada um irá encontrar (NÓVOA, 2000).

Apesar de legalmente poder haver o trânsito do profissional pelos diferentes níveis da educação básica, é perceptível que os conhecimentos acadêmicos específicos dos profissionais das licenciaturas de áreas serem fator diferencial no ensino da segunda fase do Ensino Fundamental, especialmente nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa as quais são objeto de avaliação de qualidade nacional através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

No município percebe-se grande déficit de aprendizagem destes componentes curriculares também no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental o que sugere que os profissionais polivalentes, os Pedagogos, não tenha demonstrado habilidade para organizar cognitivamente a realidade, construir o conhecimento e negociá-lo com os outros conhecimentos e transmitir aos alunos.

Por outro lado, há a falta de profissionais de áreas específicas para atuarem no Ensino Fundamental II, permitindo que os profissionais polivalentes assumam a função docente a qual é recomendada a atuação de um especialista que possui, teoricamente, o conhecimento específico aliado à habilidade didática fundamentada nos cursos de licenciatura, também acarreta problemas de adequação dos profissionais à prática docente neste nível de ensino.

Com a distribuição dos professores por área de formação, percebemos que se faz necessário o remanejamento de profissionais para sua devida área de atuação dentro da sua formação e se possível os especialistas de Língua Portuguesa e Matemática poderiam também atuar nas séries finais da 1ª fase do Ensino Fundamental, maximizando o potencial do ensino-aprendizagem destas séries.

CONCLUSÃO

São grandes os desafios para a reestruturação do quadro docente da Rede Municipal para que seja garantido o bom encaminhamento da prática pedagógica eficaz. Há, porém de se estabelecer com urgência um programa de formação continuada que seja formador do profissional em exercício através de reflexão de sua práxis. Manter-se atualizado e desenvolver



práticas pedagógicas eficientes faz desse profissional o diferencial necessário ao exercício de sua profissão e este será o grande desafio para a maioria, tendo em vista que o remanejamento por área de formação dos profissionais docentes de Cristalina, poderá ser uma das primeiras providências para o encaminhamento da questão de aprendizagem da rede se torne eficiente.

REFERENCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela. “Institutos Superiores de Educação na nova LDB”. In: BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: Diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira.** In: FERREIRA, Naura S.C. (org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS, Helena C.L. de. **Plano decenal de educação: Consenso e cooptação.** Revista do Sinpeem no 2. Sindicato dos Profissionais da Educação no Ensino Municipal de São Paulo, fev. 1995.

_____. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.** Campinas: Papirus, 1996.

FREITAS, Luiz C. de. **A questão da interdisciplinaridade: Notas para a reformulação dos cursos de pedagogia.** Educação & Sociedade no 33. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

_____. **Em direção a uma política para a formação de professores.** Em Aberto no 54. Brasília, ano 12, abr./jun. 1992a.

_____. **Ensino de 1º grau: Instrumento de recuperação econômica?.** Universidade e Sociedade no 7. Andes, ano IV, jun. 1994.

KLEIMAN, Claudio. Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico, Curitiba 2016.

Manual de normatização de documentos científicos, UFPR. 2017.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NÓVOA, Antonio. (coord). **Os professores e sua formação.** 3ed. isboa: Dom Quixote, 2000.

PERRENOUD, Phillippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PROFESSORES DE ESCOLAS PUBLICAS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL
<http://www.scielo.br/pdf/paideia/n8-9/03.pdf> Acesso em 05/07/2017.



A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores

<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a02v2068> Acesso em 06/07/2017.

Helena Costa Lopes de Freitas: Professora da Faculdade de Educação, Unicamp e presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). Email: helena@obelix.unicamp.br